

**DIÁLOGOS SOBRE AS RELAÇÕES ÉTNICO-  
RACIAIS COM AS JUVENTUDES:  
(Re) PENSANDO ESTRATÉGIAS PARA A PROMOÇÃO DA IGUALDADE  
RACIAL NOS CONTEXTOS ESCOLARES**

Caroline F. Santos da **Silva**<sup>1</sup>  
Thabata Jeandra da Silva **Ferreira**<sup>2</sup>

## **Introdução**

As relações étnico-raciais estão estabelecidas no Brasil, atualmente, de uma forma que podem ser entendidas como o resultado de uma série de equívocos cometidos ao longo do desenvolvimento sócio histórico do país. É como se, ao conviver com a discriminação e o preconceito racial que se apresentam de formas diferenciadas nos diversos espaços sociais, a opção da sociedade fosse silenciar, ao invés de dialogar, debater e desconstruir.

Entende-se que este silenciamento só serve à reprodução cada vez mais intensa dessas práticas. Com isso chegamos ao primeiro ponto que se considera importante tomar como partida nessa discussão: a ideia de que falar sobre essas relações e sobre as situações que elas envolvem se constitui como uma primeira e importante forma de enfrentamento.

Ao buscar percorrer este caminho, vislumbra-se o espaço da educação como um dos mais apropriados, sobretudo considerando o importante papel a ser desempenhado pela escola em uma sociedade multirracial como a brasileira. E, dentro da escola, percebe-se o jovem como um cidadão em desenvolvimento, que pode e deve ser envolvido na construção de relações mais igualitárias dentro e fora da escola.

A fim de contemplar essas questões, o presente artigo está organizado a partir de quatro pontos principais. O primeiro ponto busca apresentar elementos para a compreensão das atuais características do racismo no Brasil, passando por um apanhado sócio histórico da forma como o conceito *raça* foi utilizado no passado e tem sido aplicado, em uma perspectiva política, na atualidade.

---

<sup>1</sup> Universidade Luterana do Brasil – ULBRA, Brasil.

<sup>2</sup> Universidade Luterana do Brasil – ULBRA, Brasil.

O segundo ponto remete à reflexão sobre a diversidade étnico-cultural e a importância de uma discussão política a seu respeito em toda a sociedade brasileira. Para isso, considera-se que a presença ou a ausência dessa diversidade nos currículos escolares, por exemplo, se relaciona com o jogo de poder presente na sociedade.

Já o terceiro ponto busca discutir as relações étnico-raciais em contextos escolares, sinalizando a importância de se abordar a discriminação racial como uma demanda a ser enfrentada pelos profissionais que atuam neste contexto. A partir disso, busca-se também problematizar algumas questões com relação à inserção do assistente social neste espaço sócio ocupacional.

Nesse processo, busca-se desenvolver atitudes que possam ir além da simples tolerância com relação às diferenças, avançando para uma conduta de respeito e valorização destas diferenças. No quarto e último ponto deste artigo, apresenta-se uma proposta metodológica de intervenção do assistente social frente a tais questões, a partir de alguns dados empíricos coletados durante a aplicação do Projeto de Extensão Universitária “Na Paz: Estratégias para a Promoção da Igualdade Racial e de Gênero nas Escolas”, evidenciando alguns diálogos com as juventudes de Canoas/RS.

### **Notas sobre o racismo no Brasil**

A questão do racismo no Brasil tem se apresentado como um intrigante desafio, especialmente para aqueles que buscam encontrar em seu enfrentamento alternativas para a reconstrução das relações estabelecidas entre negros e brancos, partindo do reconhecimento de que vivemos em uma sociedade multirracial. É neste terreno que se situa a presente discussão.

Considerando que a compreensão sobre o racismo tem como pano de fundo a imprecisão que envolve a terminologia raça, aponta-se abaixo alguns aspectos que se relacionam a isso. Ainda que não restem dúvidas de que as raças, em sua acepção biológica, já não existem, é importante sinalizar que há diversas justificativas em torno do que motivou sua aplicação entre seres humanos, a partir de meados dos séculos

XVIII e XIX<sup>3</sup>.

As teorias sobre a classificação do gênero humano baseada em raças preconizavam juízos de valor vantajosos para os europeus, levando à hierarquização dos grupos humanos. Essas teorias teriam como fundamento a necessidade de justificar o poder de uns sobre outros, como resultado de um processo que se poderia explicar por meio da ciência – tais fatores fizeram com que o racismo se inscrevesse enquanto doutrina amplamente difundida pelos meios científicos (Borges; Medeiros; D’Adesky, 2002).

Nesse sentido, entende-se que o racismo contemporâneo se pauta em *raças fictícias* construídas a partir de diferenças no fenótipo (Munanga (2004) *apud* em Guimarães (2006). Ao estudar sobre o tema, percebe-se que o racismo é um fenômeno estritamente ligado à história da ciência e da cultura ocidental, aparecendo sempre inter-relacionado com a discriminação e o preconceito racial, numa relação em que o primeiro origina os demais. Neste sentido:

[...] por um lado nós temos uma ideologia racista, que é uma doutrina, uma concepção de mundo [...] O mesmo fenômeno se decompõe também em preconceito racial, que é simplesmente uma disposição afetiva imaginária [...] uma atitude, uma opinião, que pode ser verbalizada ou não. [...] finalmente, há a discriminação racial, que é um fenômeno coletivo observável (Munanga, 1998: 49).

Assim, evidente que se utiliza neste artigo a expressão *raça* como uma categoria socialmente construída e não biológica.

Por mais que seja desagradável, é inevitável mencionar os inúmeros aspectos negativos deixados na sociedade brasileira pelo processo de escravização da população africana. O Brasil foi o último país de tradição cristã e ocidental a abolir legalmente a escravidão e esse acontecimento se deu, em grande parte, para atender às pressões

---

<sup>3</sup> Segundo Borges (2002), François Bernier foi um dos primeiros a publicizar a ideia de adoção de características somáticas como a cor da pele para dividir os seres humanos em raças, em artigo publicado no *Journal des Savantes*, em 1684. Nessa classificação utilizava abertamente termos depreciativos para classificar asiáticos, negros e lapões. Suas ideias tiveram continuação no Século XVIII através de naturalistas e filósofos como Lineu, Buffon, Herder, Kant, entre outros.

externas pelo fim do tráfico de pessoas da África para o Brasil.<sup>4</sup>

O escravismo, em conjunto com o patriarcalismo e o colonialismo, são os três grandes pilares de construção da sociedade brasileira (Carvalho, 2007). A partir disso, é preciso entender que *processo de abolição da escravatura brasileiro* se deu muito mais como um ato simbólico do que por meio de ações práticas efetivas.

No Brasil, diferentemente do que ocorreu nos Estados Unidos, por exemplo, a escravidão era muito mais difundida, sendo seus valores aceitos por várias camadas sociais. Isso dificultou o surgimento de um movimento abolicionista, no país, pois de acordo com Carvalho, “até a interpretação tradicional dos católicos, vigente em Portugal e no Brasil, era que a Bíblia admitia a escravidão, que o cristianismo não a condenava” (Carvalho, 2007: 49). Esses e outros aspectos influenciaram na forma como foram tratados os negros após sua libertação. Veja-se:

No Brasil, após libertos não foram dadas nem escolas, nem terras, nem empregos. Passada a euforia da libertação, muitos ex-escravos regressaram a suas fazendas [...] para retomar o trabalho por baixo salário. [...] Onde havia dinamismo econômico provocado pela expansão do café, como em São Paulo, os novos empregos, tanto na agricultura como na indústria, foram ocupados pelos milhares de imigrantes italianos que o governo atraía para o país. Lá os ex-escravos foram expulsos ou relegados aos trabalhos mais brutos e mais mal pagos (Carvalho, 2007: 52).

Assim, podemos sinalizar que uma das maiores marcas deixadas pela escravização negro-africana foi o aspecto negativo conferido à pessoa negra. Esse aspecto negativo, em conjunto com alguns mecanismos desenvolvidos pelas elites intelectuais e políticas do país<sup>5</sup>, ainda se faz presente no imaginário social da população como um todo, influenciando a percepção do indivíduo negro sobre si mesmo.

Posto isso, entende-se fundamental destacar alguns aspectos apresentados pela promulgação da Constituição Federal de 1988, que inaugurou uma nova fase da

---

<sup>4</sup> A esse respeito, ver Carvalho (2007).

<sup>5</sup> Dentre eles pode-se mencionar a ideologia do branqueamento. Carone e Bento (2002) e Munanga (2004) sinalizam que ela foi forjada pelas elites intelectuais brancas em meados do século XIX e início do século XX, sendo evidenciada nas ciências, nas artes, nas pesquisas e na imprensa, demonstrando a expectativa dessas elites de que o Brasil se tornasse um país branco.

relação dos atores sociais negros com os órgãos oficiais do governo. Isso, considerando que ao mesmo tempo em que procurou romper com as marcas deixadas pelo regime militar de 1964, a Carta Magna elevou à categoria de sujeitos de direitos grupos secularmente marginalizados na sociedade brasileira, como é o caso da população negra e das mulheres, por exemplo.

A partir desse marco – a promulgação da Constituição da República de 1988 – se modificam as relações estabelecidas entre Estado e sociedade, já que acontecem importantes deslocamentos nos meios e recursos destinados à gestão social (Silva, 2004). Nesse momento, muitas organizações negras surgem e outras tantas se modificam, tomando formas de Organizações Não Governamentais (ONGs) e ocupando grande espaço político (Nascimento, 2006).

Da mesma forma, ampliam-se os mecanismos de diálogo entre o Estado e alguns setores dos movimentos negros,<sup>6</sup> especialmente com a criação de organismos oficiais de promoção e proteção da comunidade negra em nível nacional.<sup>7</sup> Tanto que se presencia nas duas últimas décadas uma gradual modificação com relação à forma como a sociedade brasileira vê as questões envolvendo a população negra, em diversas esferas.

No contexto social brasileiro, onde houve um tardio reconhecimento oficial acerca da existência de discriminação racial e de que a escravidão a qual foi submetida a população negra configura crime à humanidade,<sup>8</sup> tais ações têm especial relevância, sendo resultado de ações sistemáticas dos movimentos negros organizados. A realização da I Conferência Nacional de Promoção da Igualdade Racial – CONAPIR, que ocorreu no ano de 2005 é um exemplo disso.

---

<sup>6</sup> Considera-se importante destacar o relativismo das relações dos Movimentos Negros com o Estado tendo em vista, de acordo com as considerações de D'Adesky (2005), as correntes antagônicas no interior do Movimento Negro – a moderada, formada por intelectuais e militantes próximos dos poderes públicos – e a radical, que recusa qualquer diálogo e negociação com as instituições governamentais.

<sup>7</sup> Dentre eles pode-se destacar, em nível nacional, a criação da Secretaria Especial de Promoção da Igualdade Racial – SEPPIR, que foi criada por medida provisória em 21 de março de 2003.

<sup>8</sup> O que ocorreu na ocasião da III Conferência Mundial Contra o Racismo, Discriminação Racial, Xenofobia e Intolerância Correlata, realizada em Durban, África do Sul, em 2001.

Apesar dos inúmeros avanços sinalizados com relação à adoção de políticas de promoção da igualdade racial, atualmente ainda presenciamos um panorama assustador no que se refere aos índices de desenvolvimento<sup>9</sup> da população negra no Brasil. Dados da Síntese dos Indicadores Sociais (SIS) do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE de 2015, fazem um comparativo da evolução da situação da população negra no Brasil em um período de 10 anos e apontam que: do total de estudantes pretos ou pardos de 18 a 24 anos de idade, 45,5% cursavam o ensino superior em 2014, contra 16,7% em 2004 – um aumento considerável para o período. Entretanto, para a população branca, essa proporção passou de 47,2% em 2004 para 71,4% em 2014.

Ou seja, o percentual de pretos e pardos no ensino superior em 2014 ainda era menor do que o percentual de brancos no ensino superior dez anos antes. Tais dados evidenciam que existem ainda diversos desafios colocados quando se trata de pensar em estratégias para promoção da igualdade racial na sociedade brasileira. A educação e a escola exercem um papel fundamental nesse processo.

Refletiremos um pouco mais sobre isso no próximo item.

### **Refletindo sobre a diversidade étnico-cultural**

A diversidade étnico-cultural é um conceito explorado por diversos autores na atualidade, dentre os quais podemos citar Stuart Hall (2003).<sup>10</sup> Reflexo de sua importância nos dias atuais, este conceito tem sido incorporado pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura – a UNESCO para a discussão

---

<sup>9</sup> A criação de indicadores sociais foi uma iniciativa que o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE teve com o objetivo de adequar a produção de estatísticas sociais do Brasil ao contexto internacional, que era marcado por crescentes críticas ao determinismo econômico na explicação de fenômenos sociais. A Síntese de Indicadores Sociais é uma importante fonte de informações para a análise das condições de vida da população brasileira. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv95011.pdf>. Acesso realizado em 09.10.2017

<sup>10</sup> A esse respeito, ver mais em: HALL, Stuart. Da diáspora: identidades e mediações culturais. Liv Sovik (org.). Belo Horizonte: UFGM, 2003.

sobre a educação em diversos países do mundo.

De acordo com a UNESCO, a diversidade cultural refere-se às múltiplas formas de expressão das culturas dos grupos e sociedades, se relacionando com formas de expressão, criação e difusão cultural. Assim, pode-se entendê-la com um eixo central para a composição das características da formação sócio histórica dos diferentes países, inclusive do Brasil. Gomes (2003), asseverou que:

[...] falar sobre a diversidade cultural não diz respeito apenas ao reconhecimento do outro. Significa pensar a relação entre o eu e o outro. Aí está o encantamento da discussão sobre a diversidade. Ao considerarmos o outro, o diferente, não deixamos de focar a atenção sobre o nosso grupo, a nossa história, o nosso povo (Gomes, 2003: 72).

O trecho destacado pela autora demonstra que estamos falando o tempo inteiro em semelhanças e diferenças, ou seja, estamos sempre partindo de uma comparação. E esta é uma comparação desigual, visto que geralmente compara-se um grupo ao outro partindo de um tipo de padrão ou norma vigente em nosso próprio grupo cultural, nossa história e/ou nossa visão de mundo.

No caso brasileiro, falar sobre esse padrão ou norma vigentes remete a falarmos sobre o padrão eurocêntrico que se impõe como soberano em nossa sociedade. E esse padrão pode ser de beleza, de inteligência, de comportamento, etc. O padrão eurocêntrico pode ser entendido como um modo de julgar o mundo a partir de um ponto de vista europeu, tendo também influências políticas, culturais, econômicas e sociais vivenciadas nas diferentes partes do mundo.

Então pensar na realidade brasileira e nos diferentes grupos étnicos que compuseram nossa população desde a origem do país, remete à constatação de que essa diversidade sempre esteve presente. Assim, poderia ser lógico que este convívio entre diferentes precisasse também ser aprendido. E porque não na escola?

Em tempos de intolerância crescente, é importante que possa haver envolvimento dos diferentes atores sociais, na busca por alternativas que envolvam o convívio com a diversidade e a educação para as relações étnico-raciais. Definitivamente, este precisa ser um assunto colocado em pauta todos os dias, em todos os espaços sociais e para todas as

pessoas. Deve ser um compromisso da sociedade para com a própria sociedade. De acordo com Gomes (2003):

[...] a discussão a respeito da diversidade cultural não pode ficar restrita à análise de um determinado comportamento ou de uma resposta individual. Ela precisa incluir e abranger uma discussão política. Porque? Por que ela diz respeito às relações estabelecidas entre os grupos humanos e por isso mesmo não está fora das relações de poder. Ela diz respeito aos padrões e aos valores que regulam essas relações (Gomes, 2003:72).

A discussão aqui proposta, portanto, assume esta perspectiva: discutir politicamente a respeito da diversidade cultural, inclusive considerando que sua presença ou ausência nos currículos escolares se relaciona também como esse jogo de poder.

Os processos discriminatórios presentes na escola precisam ser analisados à luz dos direitos humanos. Nesse sentido, cabe destacar que a discussão sobre os impactos sociais da questão de cor/raça enquanto integrante dos direitos humanos começa a avançar no Brasil especialmente a partir de 2001, quando da realização da III Conferência Mundial Contra o Racismo, a Xenofobia, a Discriminação e Intolerâncias Correlatas, em Durban.

Percebemos o quão recente é esse processo, necessitando, portanto, de ampla discussão por diferentes setores da sociedade brasileira. Consequência disso, presencia-se ainda hoje que o acesso igualitário a direitos não se cumpre na totalidade, especialmente porque se verifica a desarticulação, a falta de transversalidade entre as diferentes políticas setoriais, e mesmo a diferença entre o que está posto nas leis e a sua materialidade.

Isso, por sua vez, se correlaciona com a precariedade das condições de trabalho e com as condições éticas para um atendimento humanizado à população em geral e às pessoas negras em particular, em diversos âmbitos, seja na saúde, segurança pública, assistência social, habitação, justiça, dentre outros. Ainda assim, não se pode perder de vista que a efetivação de tais direitos compete ao Estado e a toda a sociedade. Na visão de Freitas & Hengler (2015):



O processo histórico cultural de formação da sociedade brasileira, as configurações do modo de produção capitalista, as transformações ocorridas no mundo do trabalho, entre outras dimensões, contribuem para a construção do que denomina-se desigualdade racial, que no país desprivilegia a população negra, mesmo que a vigente Constituição da República Federativa do Brasil estabeleça que todos são iguais (Freitas & Hengler, 2015: 40).

Considerando a complexidade dos temas postos em pauta, temos a convicção de que os trazer para o debate é fundamental e constitui-se em um primeiro passo. Isso, visto que essa problematização pode ser percebida como um dos eixos centrais no processo de desnaturalização de diversas formas de discriminação, intolerância e violência presentes em nossa sociedade.

O âmbito escolar é, por excelência, um local de construção de relações e, muitas vezes, de reprodução das relações de poder estabelecidas nos diferentes espaços sociais. Procurar romper com essa lógica não é uma tarefa fácil, sendo necessários esforços conjuntos para a concretização de uma proposta de transformação nas relações sociais, a partir da vivência escolar.

### **Relações étnico-raciais nos contextos escolares**

Pensar nestas questões faz saltar aos olhos o potencial que a educação e, em última instância a escola, tem nesse processo. Nesse sentido, muito se discute sobre o papel contraditório que a escola possui, de “educar para a cidadania que inclui e para a competitividade cada vez mais excludente” (Jesus; Milani, 2003: 181). Esse paradoxo evidencia os inúmeros significados que a educação pode possuir, considerando que os espaços e relações estabelecidas dentro da escola possuem significados diferentes tanto para alunos, quanto para professores, a depender da cultura e dos projetos dos diferentes grupos sociais que nela coexistem (Jesus; Milani, 2003). Nesse cenário, entende-se que a escola deve preconizar o seguinte, no entendimento de Carrara (2009):

[...] sua missão de formadora de pessoas dotadas de espírito crítico e de instrumentos conceituais para se posicionarem com equilíbrio em um mundo de diferenças e de infinitas variações. Pessoas que possam refletir sobre o acesso de todos/as à

cidadania e compreender que, dentro dos limites da ética e dos direitos humanos, as diferenças devem ser respeitadas e promovidas e não utilizadas como critérios de exclusão social e política. Precisamos, portanto, ir além da promoção de uma atitude apenas tolerante para com a diferença (Carrara, 2009: 16).

Para desenvolver essa atitude que vai além da tolerância para com a diferença, indo ao encontro do respeito e valorização dessa diferença é importante considerar que “uma posição de simples respeito e tolerância a essas diferenças não está a serviço daquela emancipação social preconizada”, no entendimento de Jesus e Milani (2003: 188). Para esse processo, percebe-se que a preservação e a valorização da diversidade cultural, assim como a redução das desigualdades sociais e o respeito aos direitos humanos devem ser estimulados. Nesse contexto, o processo educativo assume relevância especial, tendo em vista a multiplicidade de pessoas convivendo no espaço da escola.

Trata-se, portanto, de encarar o desafio da construção de uma sociedade em que as diferenças sejam não só reconhecidas, mas também valorizadas. Jesus e Milani (2003) afirma que:

Diferenças não são vistas como absolutas, irredutíveis ou intratáveis, mas em vez disso, como polivocais e relacionais, social e culturalmente [...]. As diferenças não devem ser entendidas como meras oposições binárias que trazem em si um desequilíbrio inerente de poder, uma impostura da exclusão, e sim, devem ser vistas como o elemento fundante da diversidade, da própria heterogeneidade. Assim como a ligação fluida entre as identidades e as subjetividades, elas merecem ser entendidas sem se naturalizá-las, cristalizá-las ou especializá-las (Jesus; Milani, 2003: 186)

Esse processo de reconhecimento das diferenças passa, obrigatoriamente, pelo reconhecimento e valorização da contribuição dos variados grupos que contribuíram para a formação da sociedade brasileira. Para a comunidade negra no Brasil, esse processo envolve a passagem de todos os símbolos negro-africanos do aspecto negativo para o positivo, num processo que valorize as heranças culturais de origem africana, ressignificando-as de acordo com a vivência negra no Brasil.

Nesse processo, a pertença e a identificação racial produzem significado fundamental para a afirmação da pessoa negra enquanto cidadã nas sociedades

contemporâneas, já que incentivam o auto orgulho, valorização e promoção. Nesse sentido, destaca-se a promulgação, em 2003, da Lei 10.639, que trata da obrigatoriedade da inclusão da história e cultura afro brasileira e indígena nos currículos escolares, em todos os níveis de ensino.

Essa lei alterou a Lei de Diretrizes e Bases (LDB) da educação nacional, estabelecendo a educação das relações étnico-raciais como um núcleo dos projetos político pedagógicos das instituições de ensino em diferentes graus. De acordo com Silva (2007), a Lei 10.639:

[...] colocou, no cerne dos posicionamentos, recomendações, ordenamentos, a educação das relações étnico raciais. Desta forma, configurou política curricular que toma o âmago do convívio, trocas e confrontos em que têm se educado os brasileiros de diferentes origens étnico raciais, particularmente descendentes de africanos e de europeus, com nítidas desvantagens para os primeiros (Silva, 2007: 490).

O foco dessa discussão volta-se, portanto, para procurar desvendar o possível caminho percorrido desde a promulgação da Lei 10.639, com a inclusão da história e cultura afro-brasileira e africana nos currículos escolares, um possível processo de construção de uma identidade positiva dos jovens negros, passando pelo reconhecimento desse processo pelos alunos/professores não negros, até o estabelecimento de relações étnico-raciais positivas no ambiente escolar e fora dele. Cabe destacar que se entende *educação para relações étnico-raciais*, nos termos do Parecer CNE/CP 3/2004 (Brasil, 2004a) e da respectiva Resolução CNE/CP1/2004 (Brasil, 2004b), como a reeducação das relações entre negros e brancos no Brasil.

Esse processo é de responsabilidade coletiva, sendo necessário “trabalho conjunto, de articulação entre processos educativos escolares, políticas públicas, movimentos sociais, visto que as mudanças éticas, culturais, pedagógicas e políticas nas relações étnico-raciais não se limitam à escola” (CNE, 2004: 05). Ao aprovar tais diretrizes, o Conselho Nacional de Educação (CNE) destaca que é fundamental interferir no processo de educação das relações entre as pessoas de diferentes grupos étnico-raciais, procurando estimular mudanças na forma como se dirigem umas às outras e procurando romper com sentimentos de inferioridade e superioridade, por exemplo.

Por isso, de acordo com CNE, a educação das relações étnico-raciais deve ser conduzida tendo-se como referências os seguintes princípios (Brasil, 2004b): consciência política e histórica da diversidade; fortalecimento de identidades e de direitos; ações de combate ao racismo e a discriminações. Silva (2007) entende que:

A educação das relações étnico raciais tem por alvo a formação de cidadãos, mulheres e homens empenhados em promover condições de igualdade no exercício de direitos sociais, políticas, econômicos, dos direitos de ser, viver, pensar, próprios aos diferentes pertencimentos étnico raciais e sociais. Em outras palavras, persegue o objetivo precípua de espaço público. Isto é, em que se formem homens e mulheres capazes de reconhecer e valorizar visões de mundo, experiências históricas, contribuições de diferentes povos que têm formado a nação, bem como de negociar prioridades, coordenando diferentes interesses, propósitos, desejos, além de propor políticas que contemplem efetivamente a todos (Silva, 2007: 490).

Para discutir a promoção da igualdade racial, estimulando atitudes de tolerância e respeito às diferenças no contexto escolar, é fundamental desconstruir concepções a respeito do tema, problematizando as situações vivenciadas no cotidiano. Esse é um dos muitos papéis que o assistente social pode assumir na escola, em um processo que envolve a socialização e o acesso a informações como condição para exercício da cidadania.

O trabalho do Serviço Social nos espaços da política pública de educação ocorre a partir de três eixos principais, sendo eles: a dimensão socioeducativa da profissão; a democratização da educação e a articulação entre essa política e as demais (Martins, 2012). Ainda, segundo este autor:

O assistente social na educação poderá atuar com todos os membros da comunidade escolar, tendo a possibilidade de mobilizar um processo reflexivo que envolve a percepção objetiva da vida social, e da vida de cada indivíduo e das condições sociais e históricas que norteiam a sociedade. Esta atividade propicia a politização em torno de diversos temas que perpassam o ambiente escolar e social (Martins, 2012: 46).

Esse processo reflexivo será objeto de reflexão no próximo item, onde se apresenta uma proposta metodológica de intervenção do assistente social frente a tais questões.

## **Diálogos sobre as relações étnico-raciais com as juventudes: estratégias para a promoção da igualdade racial**

Buscando conferir materialidade à discussão teórica realizada, apresenta-se a partir deste momento alguns dados empíricos coletados durante a aplicação do Projeto de Extensão Universitária *Na Paz: Estratégias para a Promoção da Igualdade Racial e de Gênero nas Escolas*, desenvolvido com jovens do Ensino Médio na cidade de Canoas/RS.<sup>11</sup> Para realização do projeto, desenvolve-se uma metodologia de trabalho que envolve a aplicação de um jogo de tabuleiro e a discussão dos jovens a partir de cartas disparadoras, que remetem a situações de seu cotidiano, dentro e fora da escola.

As cartas disparadoras foram pensadas para provocar a discussão entre os jovens, problematizando antigos ditados populares e levantando questões consideradas polêmicas. A perspectiva crítica da ação se apresenta com o uso da dialética<sup>12</sup> para condução dos debates, onde os diferentes pontos de vista são privilegiados, em um processo que deixa emanar as contradições presentes na defesa dos diferentes posicionamentos dos jovens. Esse processo é conduzido até que possa haver um consenso criado pelo próprio grupo a respeito de determinada *situação problema* apresentada pela carta tema.

Partindo do reconhecimento das diferenças presentes em sala de aula, procura-se estimular a consciência crítica dos jovens, visando a reflexão a respeito das relações estabelecidas não só em sala de aula, mas também em suas famílias e comunidades. Nesse processo, evidencia-se o papel do Serviço Social na publicização dos direitos e na multiplicação de informações com os jovens na escola, pois em uma sociedade

---

11 O objetivo da ação extensionista proposta é realizar ações que estimulem a discussão sobre a promoção da igualdade racial e de gênero, questionando e problematizando situações de seu cotidiano. Através disso, busca-se também estimular a reflexão sobre a superação do preconceito e da discriminação racial e a atuação dos jovens como multiplicadores destas informações em suas famílias e comunidades.

<sup>12</sup> Dialética pode ser entendida como a arte de dialogar, debater, persuadir ou raciocinar. Caracteriza-se pelo debate em que há ideias diferentes, em que um posicionamento é defendido e contradito em seguida. Esse conceito foi construído ao longo de décadas pelo debate de diversos filósofos, tais como Sócrates, Platão, Aristóteles, Hegel, Marx, dentre outros. A dialética propõe um método de pensamento que é baseado nas contradições entre a unidade e multiplicidade, o singular e o universal e o movimento da imobilidade, bem como pelos movimentos de tese, síntese e antítese.

democrática, a informação é considerada condição para o exercício da cidadania, além de despertar a consciência crítica e representar um instrumento de ação/mobilização.

Encontra-se uma referência importante para este debate no Código de Ética Profissional dos Assistentes Sociais, o qual declara em seus princípios a “opção por um projeto profissional vinculado ao processo de construção de uma nova ordem societária, sem dominação-exploração de classe, etnia e gênero”. Nesse sentido, Pinto (2003) pontua:

Uma vez que o racismo e o preconceito fazem parte das relações de dominação e exploração, é o assistente social – que tem como principal função trabalhar as relações sociais através de uma ação educativa, visando à consciência e à participação – um profissional indispensável para a eliminação das situações de discriminação em que vivemos. Não só essa categoria profissional, mas todos os intelectuais e trabalhadores sociais devem intervir nessa questão, informando e conscientizando negros e brancos por meio de ações educativas e, no caso da população negra especificamente, estimulando e propiciando sua organização e participação política (Pinto, 2003: 28-29).

Com esse intuito, no período de 2018-1, as turmas contempladas são do primeiro ano do Ensino Médio, de uma escola localizada em um dos bairros mais populosos da cidade de Canoas/RS<sup>13</sup>. Durante este período, a atividade contemplou cinco turmas de primeiro ano do Ensino Médio do turno da noite, sendo que a faixa etária dos alunos participantes variou entre 15 e 20 anos.

Considera-se importante atuar junto às juventudes por considerar o potencial de transformação que esse grupo social apresenta. Os jovens, em geral, são as pessoas mais ligadas às modificações que são experimentadas na sociedade em geral. E isso é experienciado por este grupo tanto em seus aspectos positivos como negativos. Da mesma forma, é na juventude que muitas situações de preconceito e discriminação ganham intensidade, considerando os diversos processos sociais que envolvem a vida em sociedade nesse período da vida.

É preciso compreender a juventude para além de uma faixa etária definida, sendo indispensável realizar análises a partir da perspectiva histórica, buscando entendê-la como uma construção social e um tipo de representação, estabelecidos em

---

<sup>13</sup> Por questões éticas, não identificaremos o nome da escola contemplada na aplicação do Projeto.

meio às transformações societárias (Dayrell, 2002). Entende-se que a juventude é uma construção social determinada pela sociedade, a partir das múltiplas formas como ela vê os jovens (Esteves e Abramovay, 2009). E essa construção conjuga vários fatores, dentre eles: estereótipos, momentos históricos e diferentes situações de classe, gênero, etnia, entre outros fatores.

Para condução do debate em sala de aula, a equipe do projeto é orientada a intervir, buscando o desenvolvimento de relações que vão contra o autoritarismo. Para isso, procura-se excluir qualquer forma de dominação, apostando em um trabalho com bases horizontais que invistam em relações solidárias.

Considerando a discussão proposta neste artigo, apresenta-se a seguir uma das cartas tema utilizadas durante o jogo, bem como as discussões provocadas por elas entre alguns dos jovens em sala de aula. A carta apresenta o seguinte conteúdo:

Democracia racial é um termo usado por algumas pessoas para descrever as relações raciais no Brasil. Ela se caracteriza pela crença de que no Brasil não existe racismo e discriminação racial. Alguns dizem que A DEMOCRACIA RACIAL NO BRASIL é um MITO. E vocês, o que acham? (SIU)

Como vimos ao longo deste texto, a democracia racial é um dos elementos-chave para compreendermos a forma como se organiza o racismo no Brasil. Ao se deparar com este questionamento, um representante do grupo, B,<sup>14</sup> expressou:

*[...] em minha opinião existe racismo sim e claramente, muitos chefes de empresas não contratam pessoas por serem de cor diferente, por serem pretas, negras, enfim, porque é preto não quero na minha empresa, existe uma grande discriminação com as pessoas negras no Brasil sim. (SIU).*

Neste momento, os demais integrantes do grupo incentivaram um outro jovem que estava presente a se manifestar, mas D respondeu: “não tenho que falar só por que sou preto” (SIU). Quando o outro grupo foi questionado, um dos colegas complementou: “Como que não existe racismo? O racismo já começa na própria palavra. Racismo.

---

<sup>14</sup> Utilizaremos somente as iniciais dos nomes dos alunos, considerando o sigilo profissional.

Raça. Não existe raça, todo mundo é ser humano” (SIU).

Ao analisar a situação descrita acima, deparamo-nos com algumas situações que expressam elementos particulares da forma como o racismo se manifesta em nossa sociedade. A primeira opinião parece expressar o entendimento de que o racismo existe e se manifesta, sobretudo, no mercado de trabalho. A partir disso, podemos perceber dificuldades no acesso da população negra a postos de trabalho, num processo que remete também à questão da *boa aparência* solicitada para o preenchimento de algumas vagas.

Além disso, evidencia-se também a questão da qualificação profissional, o que chama atenção para uma exclusão mais acentuada da população negra em geral, e dos jovens em especial, que é experimentada também com o advento das novas tecnologias. Encontra-se referência a este fenômeno em Sunkel (1999), neste sentido:

A possibilidade de alguém mais jovem e com pouca qualificação encontrar um bom emprego (...) fica cada vez mais remota. Como consequência dessa situação, uma das características psicológicas mais notáveis dessa faixa etária é uma sensação generalizada de insegurança e incerteza (...) O investimento financeiro estrangeiro é favorecido e, embora isso facilite a criação de empregos, esses empregos são cada vez mais dirigidos a uma elite minoritária. Isso empurra uma ampla parcela da população ou para empregos de baixa qualidade ou para o emprego no setor informal (Sunkel, 1999: 188-189).

Já a situação em que um aluno em especial é chamado ao debate pelos demais colegas, reflete o entendimento corrente na sociedade brasileira. Esse entendimento aponta que esta discussão deve ser realizada pelos negros, tendo em vista que o racismo ainda é visto como um “problema” gerado pelos negros e que, portanto, também deve ser por eles resolvido.

Com relação a este ponto, também chama a atenção o fato de que o rapaz chamado pelo grupo a se manifestar é um dos únicos alunos negros presentes em sala de aula, o que remete à realidade de exclusão dos jovens negros do ambiente escolar.<sup>15</sup> Sobre a realidade imposta pelo racismo aos jovens negros, Gomes (2003) afirma:

No contexto da desigualdade racial brasileira, as trajetórias de jovens negros e

---

15 A atividade realizada neste dia contou com a presença de 21 alunos. Utilizando-se a observação como instrumento de análise para a cor/raça dos presentes, identifica-se 4 alunos/as negros/as.



brancos, mesmo quando estes pertencem ao mesmo grupo socioeconômico, desenvolvem-se de forma diferenciada. O componente étnico racial interfere na construção e nas possibilidades de 'ser jovem' em nosso país. Por isso, faz-se necessária a adoção de políticas de ações afirmativas voltadas para a juventude negra (Gomes, 2003: 226).

A fala do terceiro jovem, em destaque, evidencia uma espécie de incômodo ao ouvir/falar a expressão *raça*, sendo que o próprio uso da palavra já é caracterizado como racismo. Isso, por essa palavra remeter a uma distinção que, sob o ponto de vista do jovem, não existe entre os seres humanos. A partir disso, percebe-se que é fundamental pensar em ações voltadas à educação para as relações étnico-raciais no Brasil, pois processos envolvidos com a utilização deste termo devem ser discutidos e não silenciados.

Aliás, é muito provável que o atual *status* de que goza o racismo na sociedade brasileira seja fruto de um total silenciamento a que foi submetido, por décadas a fio. Sem dúvidas, causa-nos incômodo pensar no sistema desigual vivenciado entre negros e brancos, mas silenciá-lo e tratá-lo como se não existisse é uma armadilha na qual já estivemos presos por muito tempo.

### **Considerações Finais**

Reconhecer o processo histórico a partir do qual nos constituímos enquanto sociedade é o primeiro passo fundamental para se projetar ações presentes e futuras com vistas à construção de novos cenários. Considerando os aspectos sinalizados ao longo do texto, entende-se que a escola, assim como pode reproduzir desigualdades construídas historicamente, também possui o potencial de transformar relações.

Em relação aos temas postos em discussão, destaca-se a importância do papel a ser desempenhado pelo envolvimento de todos os atores sociais – alunos, profissionais da educação, famílias, comunidades do entorno das escolas – para a consolidação do ambiente escolar enquanto espaço propício para a valorização das diferenças étnico-raciais. E inserido neste contexto está o assistente social, cujas bases para atuação na política de educação do Brasil ainda estão sendo construídas. Nesse sentido, a atuação

desse profissional voltada ao combate à discriminação e ao preconceito racial encontram aporte no Código de Ética Profissional. Então, será que já não estaria na hora de isso se evidenciar também no exercício cotidiano da profissão?

Sem dúvidas, existem muitos outros aspectos a serem considerados nessa reflexão, e por isso não pretendemos esgotá-la neste momento, especialmente considerando sua amplitude. Assim, as contribuições presentes neste trabalho foram lançadas no desejo de impulsionar novas reflexões e ações coletivas em prol da promoção da igualdade racial na sociedade brasileira.

### Referências Bibliográficas

- BORGES, Edson; MEDEIROS, Carlos Alberto; D'ADESKY, Jacques. *Racismo, preconceito e intolerância*. São Paulo: Atual, 2002.
- BRASIL. *Código de Ética dos Assistentes Sociais*. In: Coletânea de Leis. Porto Alegre: CRESS, 2000.
- CARVALHO, José Murilo. *Cidadania no Brasil - o longo caminho*. 7.ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.
- CARONE, Iray; BENTO, Maria Aparecida (Orgs.). *Psicologia social do racismo: estudos sobre branquitude e branqueamento no Brasil*. 2.ed. Petrópolis: Vozes, 2002.
- CARRARA, Sérgio. Educação, diferença, diversidade e desigualdade. In: *Gênero e Diversidade na Escola*. Livro de Conteúdos. Brasília: MEC, 2009: 09-22.
- DAYRELL, Juarez. Juventude e escola. In: Sposito, Marília P. (Coord.). *Juventude e escolarização (1984-1998)*. Brasília: Inep. 2002.

D'ADESKY, Jacques. *Pluralismo étnico e multi-culturalismo: racismos e anti-racismo no Brasil*. Rio de Janeiro: Pallas, 2005.

ESTEVEES, Luiz Carlos; ABRAMOVAY, Miriam; Juventude, juventudes: pelos outros e por elas mesmas. In: ABRAMOVAY, Miriam; ANDRADE, Eliane; ESTEVES, Luiz Carlos (Org). *Juventudes: outros olhares sobre a diversidade*. Brasília, 2009.

FREITAS, Tais P. de; ENGLER, Helen B. R. Desigualdade racial nos espaços escolares e o trabalho do assistente social. *Revista Serviço Social e Sociedade*, São Paulo, n. 121:32-47, jan/mar. 2015.

GOMES, Nilma L. Ações afirmativas: dois projetos voltados para a juventude negra. In: *Educação e ações afirmativas: entre a injustiça simbólica e a injustiça econômica*. INEP: Brasília, 2003.

GUIMARÃES, Reinaldo. Considerações sobre um passado presente: o racismo no Brasil. *Revista Debates Sociais*, v. 10, n. 15, p. 28-44, jan. 2006.

HALL, Stuart. *Da diáspora: identidades e mediações culturais*. SOVIK, Liv (Org.). Belo Horizonte: UFGM, 2003.

INSTITUTO Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE (2015). *Síntese dos Indicadores Sociais – SIS*, 2015.

JESUS, Rita de Cássia Dias P. de; MILANI, Feizi M. (Orgs.). *Cultura de paz: estratégias, mapas e bússolas*. Salvador: INPAZ, 2003.

MARTINS, Eliana B. C. O Serviço Social no âmbito da política educacional: dilemas e contribuições da profissão na perspectiva do projeto ético político. In Silva, Marcela M. J. da. (Org.). *Serviço Social na educação: teoria e prática*. Campinas: Papel Social, 2012.

MUNANGA, Kabengele. *Negritude: Usos e Sentidos*, 2ª ed. São Paulo: Ática, 1998.

\_\_\_\_\_. *Rediscutindo a mestiçagem no Brasil: identidade nacional versus identidade negra*. Belo Horizonte: Autêntica, 2004.

NASCIMENTO, Alexandre. *Ação afirmativa: da luta do movimento negro às políticas concretas*. Rio de Janeiro: CEAP, 2006.

PINTO, Elisabete A. *O serviço social e a questão étnico-racial: um estudo de sua relação com usuários negros*. São Paulo: Terceira Margem, 2003.

SILVA, Ademir. *A gestão da seguridade social brasileira – entre a política pública e o mercado*. São Paulo: Cortez Editora, 2004.

SILVA, Petronilha B. G. *Aprender, ensinar e relações étnico-raciais no Brasil*. In: Revista Educação, Porto Alegre/RS, ano XX, n. 3 (63), 2007.

SUNKEL, Osvaldo. *Globalização, neoliberalismo e a reforma do Estado*. In: Pereira, L; Wilhim, J; Sola, L (orgs.). *Sociedade e estado em transformação*. São Paulo: UNESP; Brasília: ENAP, 1999.

Recebido 09 de setembro 2018

Aprovado 15 de dezembro 2018